

PR-MT-00043284/2026



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO

**PROJETO BÁSICO PARA PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE
AÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E CAPACITAÇÃO**

DADOS DO REQUISITANTE
Setor requisitante: CA da PR/MT
Responsável pelo planejamento: Gianderson Maxsuel Gil da Penha Miranda
E-mail: giandersonmiranda@mpf.mp.br
Telefone: (65) 3612-5043
DADOS DO EVENTO
Nome: Improbidade Administrativa: aspectos práticos e tendências jurisprudenciais
PGEA: 1.20.000.001031/2026-87
GPS: 45853
Área de atendimento: (x) Educação Presencial
Subprograma: (x) Atualização Profissional () Qualidade de Vida no Trabalho - Capacitação () Qualidade de Vida no Trabalho - Evento
Está previsto no Plano Estratégico de Capacitação - PEC: não
Eixo temático: Administração
Está ligado a projeto estratégico aprovado: () Sim (X) Não
Metodologia: Presencial

Recursos institucionais necessários:

1. Humanos: Elaboração do projeto - Equipe da área de Gestão de Pessoas.
2. Financeiros: Contratação e Pagamento do treinamento;

Avaliação: a critério da contratada.

Certificação: Será expedido certificado pela contratada.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação do treinamento em Improbidade Administrativa justifica-se pela necessidade de promover o aperfeiçoamento contínuo dos gestores e servidores que atuam na área administrativa do Ministério Público Federal, considerando a complexidade das atribuições relacionadas à gestão pública e os impactos jurídicos decorrentes das decisões e atos praticados no exercício da função. As alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa introduziram mudanças relevantes quanto à caracterização dos atos de improbidade, ao elemento subjetivo exigido, à configuração do dano ao erário, à responsabilização de agentes públicos e particulares, bem como ao sistema de sanções e aos aspectos processuais. Nesse contexto, torna-se necessário assegurar que os agentes que participam da gestão administrativa possuam conhecimento atualizado sobre os requisitos legais e os entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à matéria. O conteúdo programático do treinamento contempla temas diretamente relacionados às atividades desenvolvidas pelos gestores e servidores administrativos, incluindo a responsabilização de agentes públicos e terceiros, os atos que importam enriquecimento ilícito, causam prejuízo ao erário ou atentam contra os princípios da Administração Pública, além de questões relacionadas às licitações e contratos administrativos, dispensa e inexigibilidade, conflito de interesses, imparcialidade e deveres funcionais. A capacitação também contribuirá para o aprimoramento da análise e da tomada de decisões administrativas, especialmente quanto à identificação de riscos, à adequada instrução dos processos, à observância dos princípios da Administração Pública e à adoção de medidas preventivas capazes de reduzir a ocorrência de irregularidades e de situações que possam ensejar responsabilização.

OBJETIVO

Geral: Compreender de forma aprofundada o regime jurídico da improbidade administrativa no Brasil, proporcionando domínio sobre os aspectos teóricos, práticos e jurisprudenciais da Lei nº 8.429/92, especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/21, visando ainda desenvolver habilidades para identificação de condutas ímprobas, análise de riscos institucionais, elaboração de estratégias de defesa e acusação, além de instrumentalizar os participantes para atuação preventiva mediante implementação de mecanismos de compliance e governança na administração pública.

Objetivos específicos:

- Compreender a evolução legislativa e jurisprudencial da improbidade administrativa
- Dominar os elementos configuradores dos atos ímprobos e seus requisitos
- Analisar criticamente o sistema sancionatório e seus critérios de aplicação

• Conhecer as principais teses e tendências dos tribunais superiores • Desenvolver visão estratégica para atuação contenciosa e consultiva • Capacitar para orientação preventiva a agentes públicos e entidades • Interpretar as mudanças trazidas pela reforma de 2021 e seus impactos práticos
TIPO DE CONTRATAÇÃO
() Instrutoria Interna (x) Externo () In Company
Instituição ou profissional a ser contratado: Atame Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Concursos LTDA • CNPJ: 00.839.039/0001-05
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
MÓDULO I - FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO NORMATIVA Aula 1 - Aspectos Gerais e Histórico • Evolução histórica da moralidade administrativa no Brasil; Princípios constitucionais aplicáveis (art. 37, CF/88); • Distinção entre improbidade, corrupção e crimes contra a administração; • Natureza jurídica da ação de improbidade: civil, política ou sui generis? • A Lei nº 8.429/92: contexto de criação e principais alterações; • A reforma promovida pela Lei nº 14.230/21: mudanças estruturais.08 Aula 2 - Sujeitos e Requisitos • Sujeitos ativos: agentes públicos e particulares; Conceito amplo de agente público (art. 2º); • Terceiros beneficiários e corresponsabilidade; Sujeitos passivos: administração direta, indireta e entidades privadas; • Elemento subjetivo: dolo e culpa após a Lei 14.230/21; Dano ao erário: obrigatoriedade e exceções. MÓDULO II - TIPOLOGIA DOS ATOS DE IMPROBIDADE Aula 3 - Atos de Enriquecimento Ilícito • Art. 9º da LIA: análise sistemática das condutas; Requisitos: dolo, vantagem patrimonial indevida; • Casos práticos e jurisprudência do STJ; Tema 1.199/STJ: necessidade de comprovação de enriquecimento;

- Diferenciação entre enriquecimento e prejuízo ao erário. Aula 4 - Atos que Causam Prejuízo ao Erário

- Art. 10 da LIA: análise das principais condutas; Dolo ou culpa grave (art. 1º, §4º); Quantificação do dano;

- Nexa de causalidade; Dispensa e inexigibilidade: limites da discricionariedade;

- Jurisprudência sobre licitações e contratos

administrativos. Aula 5 - Atos que Atentam Contra Princípios

- Art. 11 da LIA após a reforma de 2021; Elemento subjetivo: apenas dolo; Desnecessidade de comprovação de dano;

- Principais condutas tipificadas; Nepotismo e suas modalidades (Súmula Vinculante 13);

- Conflito de interesses e imparcialidade.

MÓDULO III - ASPECTOS PROCESSUAIS

Aula 6 - Procedimento e Competência

- Inquérito civil e investigação preliminar; Medidas de indisponibilidade de bens (art. 16);

- Legitimidade ativa: Ministério Público e pessoa jurídica lesada;

- Competência: regras gerais e foro por prerrogativa de função; Litisconsórcio e assistência;

- Acordo de não persecução cível (art. 17, §1º); Requisitos, momento processual e controle judicial. Aula 7 - Instrução Probatória e Sentença

- Ônus da prova e sua distribuição; Provas típicas: documentos, perícias, testemunhas;

- Teoria da cegueira deliberada (willful blindness); Valoração da prova e livre convencimento motivado;

- Conteúdo da sentença condenatória; Dosimetria das sanções. Aula 8 - Recursos e Coisa Julgada

- Recursos cabíveis e efeitos; Reexame necessário (art. 19); Interação com esferas penal e administrativa;

- Independência das instâncias: limites e exceções; Coisa julgada na improbidade: aspectos controvertidos.

MÓDULO IV - SANÇÕES E TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

Aula 9 - Sistema Sancionatório

- Sanções previstas no art. 12: análise crítica; Perda da função pública; Suspensão dos direitos políticos: natureza e efeitos;

- Multa civil: critérios de fixação; Proibição de contratar com o Poder Público; Ressarcimento ao erário: imprescritibilidade;
- Proporcionalidade e individualização das penas; Prescrição após a Lei 14.230/21. Aula 10 - Principais Teses Jurisprudenciais
- STF e STJ: leading cases recentes; Tema 897/STF: prescrição e termo inicial;
- Necessidade de dolo específico para configuração; Teoria do domínio do fato na improbidade;
- Responsabilização de agentes políticos; Improbidade por omissão: requisitos; Pequeno valor e insignificância;
- Erro de proibição e excludentes de ilicitude. Aula 11 - Casos Práticos e Encerramento
- Análise de casos concretos emblemáticos; Estratégias de defesa e acusação;
- Compliance público como ferramenta preventiva; Perspectivas futuras e projetos de lei em tramitação.

COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS	
() Administração do tempo	() Gestão do conhecimento
() Autodesenvolvimento	(X) Qualidade do trabalho
() Comunicação	() Relacionamento interpessoal
(X) Foco no cliente	(X) Trabalho em equipe
(X) Foco no resultado	(X) Visão sistêmica
() Outras: _____	
NÍVEL DE APROFUNDAMENTO	
() Básico (X) Intermediário () Avançado	
MODALIDADE	
(X) Presencial	
PARTICIPANTES	
Público Alvo: Este curso destina-se a profissionais que atuam direta ou indiretamente com a administração pública e necessitam compreender os riscos e as consequências jurídicas decorrentes de atos de improbidade administrativa	
Número de vagas: 2 participantes da PR-MT.	
REALIZAÇÃO	

Local: Cuiabá-MT Data de Realização: 07 e 08 / 10 / 2026 Horário: Dás 08:00 às 17h00 Dás 08h00 às 15h00 Carga Horária: 16 horas	
APOIO DAS UNIDADES PARCEIRAS	
CGP: Suporte à elaboração do projeto; Registro do curso e do nome da participante no sistema de Treinamento. CA - apoio logístico e administrativo; fornecimento de materiais (papel/caneta); contratação do da empresa de treinamento.	
DESPESAS	
Treinamento com ônus de contratação: R\$ 1990,00 por participante. - Serão 2 participantes da PR-MT Haverá utilização de diárias e passagens instrutor(es) e/ou participante(s)? - não Investimento total da contratação: R\$3.980,00	
ELABORAÇÃO DO PROJETO	
Apoio: <i>(assinado eletronicamente)</i> Arthur Mendes Molina CGP/PR-MT	Apoio: <i>(assinado eletronicamente)</i> Bruno Hiroshi Tsuneda CGP/PR-MT
Demandante: <i>(assinado eletronicamente)</i> Gianderson Maxsuel Gil da Penha Miranda CA/PR-MT Cuiabá, MT, na data da assinatura.	

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 04/09/2026 18:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 6fadd395.f3175bb0.f3175bb0.f3175bb0.094bc632



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-MT-00043284/2026 PROJETO BÁSICO**

.....
Signatário(a): **ARTHUR MENDES MOLINA**

Data e Hora: **04/09/2026 18:47:54**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **GIANDERSON MAXSUEL GIL DA PENHA MIRANDA**

Data e Hora: **04/09/2026 18:48:58**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **BRUNO HIROSHI TSUNEDA**

Data e Hora: **04/09/2026 20:43:40**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 6fadd395.f3175bb0.fa1a2d32.094bc632